



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO DE PREGÃO/ NÚCLEO DE PREGOEIROS

PREGÃO N.º 17/2020

PAD N.º 707/2020

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE UTI MÓVEL PARA FECHAMENTO DO CADASTRO E ELEIÇÕES
2020**

RELATÓRIO FINAL

1. Instada a realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico – visando à contratação de serviço de UTI Móvel, acompanhada de médico, enfermeiro e motorista, para o período de 5 e 6 de maio de 2020, das 08 às 21 horas, e pelo período de 24 horas, no dia 04 de outubro, primeiro turno da eleição, e no dia 25 de outubro de 2020, segundo turno, se houver –, a Pregoeira Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, no site Comprasnet, assim como disponibilizou o Edital no Portal da Transparência do TRE-BA.
2. Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, às 13h30 (horário de Brasília), a Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.º 71, de 04 de abril de 2019, deu início aos trabalhos com a análise preliminar da única proposta apresentada e abertura da fase de lances, na forma da ata acostada aos autos (doc. 049701/2020) ¹.
3. Encerrada a supramencionada etapa, na qual a licitante foi estimulada a reduzir o valor de sua proposta, passou-se à fase de aceitação/julgamento. Nessa fase, a proposta-padrão, cadastrada originalmente com a proposta eletrônica, foi analisada e aceita, uma vez que atende às especificações do Edital, bem como de acordo com valor máximo aceitável para contratação (doc. 049703/2020).
4. Na fase de habilitação, tendo em vista que a licitante não juntou os documentos habilitatórios concomitantemente com a proposta eletrônica, não restou alternativa a não ser a sua inabilitação, haja vista, igualmente, que os documentos no SICAF foram insuficientes, não atendendo todas as exigências editalícias (doc. 049731/2020), tais como:

- a) alvará de saúde fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde;

¹ A pregoeira deixou de assinar eletronicamente a ata do pregão, a fim de viabilizar a leitura do documento.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO DE PREGÃO/ NÚCLEO DE PREGOEIROS

- b) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- c) Um ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove(m) a prestação de serviço de pronto socorro móvel de emergências e urgências pré-hospitalares, na modalidade área protegida, por ambulância de suporte avançado (tipo D), também denominada ambulância UTI móvel;
- d) Certificado de inscrição e Certidão de Responsabilidade Técnica do médico responsável técnico e da pessoa jurídica emitidos pelo Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (OBS; verificamos no SICAF o CRM da empresa junto ao estado do Ceará);
- e) Certificado de inscrição da pessoa jurídica emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Bahia;
- f) Comprovação de que o profissional médico responsável técnico integre o quadro de pessoal permanente da licitante, entendendo-se por quadro de pessoal permanente o vínculo empregatício, de trabalho, de prestação de serviço ou societário.

5. Assim, ante a inabilitação da única participante, **HOME CARE CARIRI LTDA (CNPJ 13.137.978/0001-41)**, foi cancelado o item.

6. A empresa supramencionada, única participante do certame, repita-se, cadastrou sua proposta às 13:27 da data de hoje, três minutos antes da abertura da sessão do pregão, deixando de juntar os documentos habilitatório concomitantemente com a proposta eletrônica, descumprindo exigência do novo Decreto 10.024/2019 e do Edital. Alega a licitante que não conseguiu anexar os documentos a tempo. Deixamos, por conta disso, salvo melhor juízo, de abrir processo de apuração de responsabilidade, considerando que não houve má-fé nem outra conduta intencional que possa penalizar a licitante, já tendo sofrido a consequência da perda do negócio.

7. Encerrado o prazo final para registro da intenção de recurso, não houve manifestação, encerrando-se a sessão e declarando-se fracassado o certame.

8. Por fim, em caso de repetição do certame, ficamos em dúvida quanto à exigência de certidão em nome da pessoa jurídica emitida pelo Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, bem como de certificado de inscrição da pessoa jurídica emitido pelo Conselho Regional



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO DE PREGÃO/ NÚCLEO DE PREGOEIROS

de Enfermagem do Estado da Bahia. Desse modo, indagamos: em caso de participação de licitante de outro Estado da federação poderão ser exigidos esses registros do Estado da Bahia durante o certame? A dúvida surgiu em razão de a licitante possuir CRC do estado do Ceará, local de sua sede.

É o Relatório que submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 23 de março de 2020

Milena Austregésilo Herêda
Pregoeira